

## Intensificação Tecnológica para Reduzir Desmatamentos: O Caso da Banana no Sudeste Paraense<sup>1</sup>

Alfredo Kingo Oyama Homma<sup>2</sup>, D.Sc.; Rui de Amorim Carvalho<sup>2</sup>, M.Sc. Antônio José Elias Amorim de Menezes, B.Sc.

### Introdução

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de banana, mas apenas 1% de sua produção é exportada, basicamente para Argentina e Uruguai. Os maiores exportadores mundiais de banana são o Equador, a Costa Rica, a Colômbia e as Filipinas. Até 1996 e em 1998, o Brasil foi o segundo produtor mundial, perdendo essa posição para o Equador, com pequena diferença de 7,5% em 2000. A primazia da Índia se destaca com uma produção superior a soma do Equador e do Brasil (Tabela 1). O consumo per capita nacional é estimado em 20kg/hab./ano e ocupa o segundo lugar no volume de frutas produzidas, perdendo apenas para a laranja (Cordeiro, 2000).

No Brasil, o Estado do Pará vem se destacando a partir de 1998 como líder nacional, seguindo-se de São Paulo, Bahia, Amazonas e Minas Gerais, entre os maiores produtores (Tabela 2). A cultura da bananeira apresenta diversos problemas fitossanitários, destacando-se o mal-do-Panamá, causada pelo fungo *Fusarium oxysporum* f.sp. cubense e da Sigatoka-amarela provocado pelo fungo *Mycosphaerella musicola* Leach (fase sexuada) ou *Pseudocercospora musae* (Zimm) Deighton (fase assexuada), que teve início na ilha de Java em 1902 e constatada no Brasil, pela primeira vez, na Amazônia, em 1944 (Cordeiro & Matos, 2000).

A Sigatoka-negra, a mais grave e temida doença da bananeira no mundo, causada pelo fungo conhecido como *Mycosphaerella fijiensis* Morelet (fase sexuada) ou *Paracercospora fijiensis* (Morelet) Deighton (fase anamórfica), está se disseminando pelo País. A primeira descrição dessa doença ocorreu nas Ilhas Fiji (Ásia), em 1963, no Distrito de Sigatoka, recebendo o nome de "Raia Negra". A partir daí o patógeno passou pela África, Oceania e atingiu a América Central (Honduras) em 1972, onde a doença foi renomeada como Sigatoka-negra. A partir de Honduras houve uma disseminação muito rápida por toda a América Central e, posteriormente, pela América do Sul (Pino et al., 2000; Amadori, 2001).

No Brasil, a constatação da Sigatoka-negra ocorreu em fevereiro de 1998, nos municípios de Tabatinga e Benjamim Constant, Estado do Amazonas. No final do mesmo ano foi verificado no Acre e no ano seguinte em Rondônia e Mato Grosso. No Estado do Pará a doença foi constatada em novembro de 2000, no município de Almeirim, nos bananais situados nas margens da rodovia Monte Dourado (Ventura et al., 2000) e, em 2001, no município de Porto de Moz. Nos locais onde foi observada, a doença está ocorrendo com alta agressividade sobre todas as variedades comercialmente cultivadas, comprometendo totalmente a qualidade e com perdas superiores a 50% da produção (Pereira et al., 1999). Os danos são advindos da destruição precoce das folhas, responsáveis principais pela geração da energia necessária ao desenvolvimento primeiramente da planta e, posteriormente, dos frutos com qualidade e em quantidade, economicamente

<sup>1</sup> Esta pesquisa contou com a colaboração dos recursos do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodatab).

<sup>2</sup> Pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental, Caixa Postal, 48, CEP 66095-100, Belém, Pará. E-mails: homma@cpatu.embrapa.br; rcarv@cpatu.embrapa.br; menezes@cpatu.embrapa.br

compensadoras. Fisiologicamente, uma planta precisaria chegar à floração com pelo menos dez folhas sadias, para garantir o desenvolvimento de frutos de alto valor comercial.

No dia 7 de agosto de 2001, o Governador do Estado do Pará Almir Gabriel, através do Decreto 4.758, em face da praga da Sigatoka-negra, proibiu o trânsito de plantas e partes de planta de bananeira e de plantas do gênero *Helicônia* provenientes dos municípios de Almeirim e Porto de Moz para outros municípios do Estado. Neste Decreto estabelece que os agrônomos de todo o Estado ficam obrigados a notificar focos suspeitos de Sigatoka-negra à Secretaria Executiva de Estado de Agricultura ou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ressalta-se em face da gravidade da situação, as providências concretas, visando fornecimento de variedades resistentes e do controle dos municípios afetados não tem sido devidamente atacadas. A aquisição de 120 mil mudas micropropagadas de variedades de bananeiras resistentes da Embrapa Mandioca e Fruticultura, como está se planejando, pode decepcionar os pequenos produtores pelo longo tempo necessário para o crescimento e o aproveitamento do período chuvoso (Fiscalização..., 2001; Praga ..., 2001).

No Estado do Amazonas, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (Idam), desencadeou um agressivo programa de distribuição de 592 mil mudas das variedades Caipira, Thap-Maeo, Prata Zulu e Fhia 18, nos últimos dois anos (maio 2001). Espera-se que da produção de 2001, cerca de 15% serão provenientes dessas novas variedades (Mota, 1999; Amadori, 2001).

A produção de banana, no Estado do Pará, atualmente, está concentrada basicamente em duas mesorregiões, no Sudoeste e Sudeste Paraense. Durante a década de 1980, a primazia da produção foi do município de Prainha e em 1987 do município de Xinguara, esta última acompanhando a frente de expansão pecuária. No início da década de 1990, o município de Monte Alegre tornou-se o maior produtor de banana, posição perdida em 1997, com a expansão do mal-do-Panamá e da Sigatoka-amarela e com o crescimento da produção do município de São Félix do Xingu (Tabela 3).

A supremacia da produção da banana no Sudeste Paraense não decorreu de inovações tecnológicas, mas simplesmente do acréscimo de novas áreas, substituindo o papel exclusivo que a cultura do arroz teve na implantação de pastagens no passado. O crescimento do mercado consumidor urbano local, os programas de expansão de plantios de cacauzeiros, a substituição das importações do Sul e Sudeste, favorecida pelas péssimas condições das rodovias terminou viabilizando a produção local.

### **A inserção do cultivo da banana no Sudeste Paraense**

A estabilidade dos assentados está diretamente relacionado com o tipo de atividade desenvolvida e a capacidade de gerenciamento da dotação de recursos naturais, criando diferentes graus de sustentabilidade. É regra geral iniciar-se com atividades de venda de madeira, derrubada da floresta para plantar arroz, milho, feijão e mandioca e, quando possível repetir pela segunda vez, dependendo do nível de infestação de ervas daninhas. Se estiver localizada próxima a uma área de pastagens, a entrada de capins é acelerada, reduzindo as possibilidades de plantio em anos consecutivos. Outros podem tomar o caminho pela transformação das áreas de “roça” em pastagens ou do plantio de cultivos perenes como cupuaçu ou banana, ou deixar em pousio para posterior derrubada.

O ciclo dos cultivos anuais vai depender da dotação de recursos naturais que, quando esgotados, encerra-se a Primeira Sustentabilidade para uma grande categoria de produtores.

Para este conjunto de produtores resta a alternativa de vender o lote para outros produtores interessados na expansão das pastagens e procurar novas áreas. O conjunto representando pelos plantadores de cultivos perenes e àqueles interessados na pecuária, inicia-se a Segunda Sustentabilidade, com possibilidade de permanência, dependendo do manejo do rebanho e das pastagens, pelos próximos dez anos.

No caso específico do Sudeste Paraense vários produtores tem-se apoiado no cultivo de banana. Esta atividade tornou-se o centro da atividade econômica e que depende da contínua derrubada de floresta densa, necessária para obter uma produtividade adequada sem utilização de fertilizantes químicos, com tamanho de cachos apropriado. Com a disseminação do mal-do-Panamá e da Sigatoka-amarela é possível obter apenas a média de três cachos por cova. Nesse meio tempo, enquanto as bananeiras estão na fase final do seu ciclo, as pastagens estão formadas e prontas para a entrada do gado após a morte das bananeiras.

Revive-se, sem alarde, portanto, diversos exemplos de atividades na Amazônia que são realizados com alto custo social e ambiental. Na segunda metade da década de 80, desencadeou-se uma grande polêmica internacional, afirmando que o consumo de um hambúrguer, com 125g de carne implica no desmatamento de 6,25m<sup>2</sup> de floresta densa. A estimativa deste valor efetuada por Uhl e Parker (1986) é que um hectare de floresta densa tem o peso seco de 800t de plantas e animais que são derrubadas e queimadas e transformados em pastos. Nesse pasto permite um ganho de peso de 50 kg/ha ou 400 kg/ha durante os oito anos de vida útil das pastagens. Como a metade do peso do gado adquirido durante a vida útil das pastagens corresponde a peles, ossos e outras partes não aproveitáveis, a produção de carne aproveitável corresponde a 200kg ou 1.600 hambúrgers. Efetuando a divisão de um hectare por 1.600 hambúrgers, ter-se-á o valor de 6,25m<sup>2</sup>. Os debates que se seguiram mostram o alto custo social e econômico do desmatamento da floresta amazônica que não dependia se o hambúrguer implicava no desmatamento de 3, 6 ou 9 metros quadrados da floresta densa (Browder, 1988).

No caso da produção de banana no Sudeste e Sudoeste Paraense, a comparação não deixa de ser diferente. Se considerar que em um hectare de bananal produz nos dois anos de vida útil, 2.400 cachos de banana e, como cada cacho produzem em média sete pencas com doze frutos, ter-se-á o equivalente a 16.800 pencas. Isso indica que 11 pencas de banana produz o desmatamento equivalente a um hambúrguer.

No caso da bananeira, o seu cultivo no mesmo local, devido ao aparecimento do mal-do-Panamá e da Sigatoka-amarela, termina sendo substituída pelas pastagens. As variedades preferidas pelos consumidores, principalmente, do grupo prata e da maçã, que são as mais procuradas, não tem resistência as moléstias mencionadas, levando dessa forma constante incorporação de novas áreas (Menezes et al, 1998). Desde 2000, a Embrapa Amazônia Oriental está testando com produtores, no Sudeste Paraense, as cultivares Caipira (grupo maçã) e PV 03 76 (grupo prata), desenvolvidas pela Embrapa Mandioca e Fruticultura, cujo sucesso vai depender da preferência de aceitação pelos agricultores e consumidores.. A cultivar PV 03 76 apresenta resistência ao mal-do-Panamá e a Sigatoka-amarela e a cultivar Caipira, além das duas doenças anteriores, apresenta, também, resistência a Sigatoka-negra,

Dessa forma, antes do plantio da bananeira efetua-se o plantio de arroz (em maior proporção) e milho e, durante a fase de exploração do bananal, os pastos são introduzidos. O processo de incorporação de áreas para plantio de bananeiras pelos produtores mais dedicados pode atingir 5 hectares em cada nova derrubada, efetuada de dois em dois anos.

Na Tabela 4 procurou ilustrar a trajetória de atividade refletida em custos concernentes ao preparo da área mediante derrubada com motosserra, seguindo-se a opção do plantio preferencial de arroz e em menor dimensão a do milho, que quando plantadas em áreas recém queimadas a produtividade é baixa. Verifica-se que as despesas com o preparo da área são praticamente cobertas com a venda da safra de arroz ou do valor equivalente quando consumido na propriedade. A cultura do milho, tem a sua utilidade de dispor desse insumo para alimentar os animais na propriedade. O custo da implantação de pastagens e a construção de cercas representam investimentos que serão cobertos com a venda da produção de banana.

Tabela 4 – Custo de formação de 1 hectare de pastagem mediante integração com culturas de arroz ou milho e plantio de bananeira no município de Eldorado dos Carajás, microrregião de Marabá, maio 2001.

Descrição	Unidade	Quantidade Utilizada	Valor Unitário	Valor Total
<b>Preparo de Solo</b>				
Broca/derruba	D/h	4	8,00	32,00
Motoserrista	D/h	1	40,00	40,00
Derruba	D/h	1	8,00	8,00
Aceirar/queimar	D/h	1	8,00	8,00
Coivara	D/h	4	8,00	32,00
<b>Insumos</b>				
Gasolina	Litro	5	2,00	10,00
Óleo	Litro	2	1,00	2,00
<b>Sub-total</b>				<b>132,00</b>
<b>Arroz</b>				
Plantio	D/h	2	8,00	16,00
1º Capina	D /h	12	8,00	96,00
Colheita				
Colheita	D/h	15	8,00	120,00
Bateção	D/h	4	8,00	32,00
<b>Insumos</b>				
Sementes	Kg	32	1,00	32,00
Sacaria	Sc	32	0,50	16,00
<b>Sub-Total</b>				<b>312,00</b>
<b>Produção</b>	Sc	32	15,00	<b>480,00</b>
<b>Milho</b>				
Plantio	D/h	2	8,00	16,00
Semente	Kg	30	1,50	45,00
Capina	D/h	12	8,00	96,00
Colheita	D/h	1	8,00	8,00
Debulha	D/h	2	8,00	16,00
Sacaria	Sc	16	0,50	8,00
<b>Sub-Total</b>				<b>189,00</b>
<b>Produção</b>	Sc	16	12,00	<b>192,00</b>

**Pasto**

Semente	Kg	5	9,00	45,00
Plantio	D/h	1	8,00	8,00
<b>Cercas</b>				
Arame	Rolo	2	90,00	180,00
Estaca	Um	200	1,50	300,00
Esticador	Um	12	3,00	36,0
Furar estaca	Um	200	0,20	40,00
Abertura cova/fixação	D/h	6,7	7,00	46,90
Esticar arame	D/h	4,40	7,00	30,80
<b>Sub-total</b>				<b>686,70</b>

O interesse da agricultura familiar no Sudeste Paraense pelo cultivo de arroz decorrem da maioria dos migrantes serem de origem maranhense, como cultivo exigente de áreas recém derrubadas e queimadas de floresta densa ou de vegetação secundária com grande volume de biomassa e do amplo mercado. Apesar das evidentes flutuações de preços que acompanham as culturas de arroz e milho, o Brasil tem importado até 24% da produção para atender o consumo de arroz, principalmente da Argentina e do Uruguai e o milho da Argentina e do Paraguai (Tabela 5). O crescimento da produção de milho na safra 2000/2001, está levando a uma queda de preços, mas que não pode ser desprezado o mercado regional, pelas possibilidades de ampliar a criação de suínos e aves, com uma produção confiável.

Tabela 5 – Produção e importação de arroz e milho no Brasil, safra 1996/97 a 2000/01 (1.000 t).

Safras	Arroz com casca		Milho	
	Produção	Importação	Produção	Importação
1996/97	9.524,0	1.222,7	35.702,7	500,0
1997/98	8.462,9	2.073,3	30.187,8	1.765,0
1998/99	11.582,2	1.310,0	32.393,4	900,0
1999/00	11.423,1	870,0	31.640,9	2.000,0
2000/01	10.905,5	720,0	38.492,8	500,0

Fonte: **Indicadores da Agropecuária**, Brasília, 10(5):17, mai. 2001.

No sentido estratégico, o estímulo ao plantio de arroz e milho mecanizado na Amazônia, como está ocorrendo ao longo da rodovia Belém-Brasília, a partir da região de Paragominas até Dom Eliseu e a seguir até Marabá, ao promover a queda nos preços, pode inibir a expansão de arroz por parte da agricultura familiar, apoiado nos desmatamentos de floresta densa e de capoeirões. Apesar deste procedimento em primeiro momento prejudicar a agricultura familiar, tem a sua justificativa em termos ambientais, induzindo os plantios de arroz apenas para autoconsumo, em áreas já abertas, mediante a utilização de fertilizantes químicos e mecanização.

### **Custo de produção de banana no Sudeste Paraense**

O plantio de bananeiras nas áreas derrubadas de floresta densa ilustra uma atividade insustentável, restringindo-se para apenas duas safras (Tabela 6). É uma atividade altamente lucrativa, permitindo o reembolso integral das despesas e a formação de pastos, a construção de cercas e início do rebanho. A formação de pastos apoiada na cultura da

banana, mostra o lado perverso dessa atividade, com alto custo ambiental, pela impossibilidade da permanência do seu cultivo no mesmo local, devido ao mal-do-Panamá e da Sigatoka-amarela. As variedades resistentes disponíveis não são do conhecimento dos produtores e da falta de maior divulgação para os consumidores quanto as características das novas variedades. Isso tem levando a constante incorporação de novas áreas de floresta densa que são desmatadas e queimadas. Dessa forma, antes do plantio da banana efetua-se o plantio de arroz e durante a fase de exploração do bananal, os pastos são introduzidos. O processo de incorporação de áreas para plantio de bananeiras pelos produtores mais dedicados pode atingir 5 hectares em cada nova derrubada, efetuada de dois em dois anos.

Como as despesas de preparo do solo (broca e derruba, aceiro, queima e coivara), bem como as capinas são comuns dos plantios de (arroz e bananeira) ou (milho e bananeira) estes custos foram eliminados na Tabela 6. A colheita da banana é feita em diversas etapas, com produção crescente para então decrescer. Para facilidade de cálculo foi considerado apenas em duas etapas, uma com retirada de 60% da produção e a produção final com 40%. Com a disseminação do mal-do-Panamá e da Sigatoka-amarela, a produtividade da bananeira tem caído drasticamente.

Tabela 6 – Custo de produção de 1 hectare de bananeira no município de Eldorado dos Carajás, microrregião de Marabá, maio 2001 (1 hectare).

Descrição	Unidade	Quantidade Utilizada	Valor Unitário R\$ 1,00	Valor Total R\$ 1,00
<b>Ano 1</b>				
<b>Plantio</b>				
Abertura cova	D/h	10	8,00	80,00
Arrancar muda	R\$ 1,00	800	0,03	24,00
Seleção de mudas	D/h	0,4	8,00	3,20
Plantio	D/h	10	8,00	80,00
<b>Sub-total</b>				<b>187,20</b>
<b>Ano 2</b>				
<b>Tratos Culturais</b>				
1º Capina	D/h	4,00	8,00	32,00
<b>Colheita</b>				
1ª Colheita (60%)	D/h	18	8,00	144,00
<b>Sub-total</b>				<b>176,00</b>
<b>Ano 3</b>				
<b>Tratos culturais</b>				
1ª Limpeza foice	D/h	2	8,00	16,00
2ª Limpeza foice	D/h	2	8,00	16,00
<b>Colheita</b>				
2ª Colheita (40%)	D/h	12	8,00	96,00
<b>Sub-total</b>				<b>128,00</b>
<b>Custo Total</b>				<b>491,20</b>
<b>Receita Bruta</b>				<b>4800,00</b>
<b>Lucro Bruto Total</b>				<b>4.308,80</b>

Nota: Foi considerado o plantio de 800 covas/hectare e cada cova produzindo 2 cachos, com 60% na primeira colheita (960 cachos) e 40% na segunda colheita (640 cachos). O peso do cacho varia entre 10kg a

15kg e o preço médio é de R\$ 0,30/kg, sendo considerado o R\$ 3,00/cacho.

## Conclusões

A produção de banana no Sudeste Paraense teve uma rápida ascensão na última década, decorrente não do nível tecnológico, mas simplesmente pela ocupação constante de novas áreas de floresta densa. Trata-se de uma atividade apoiada fortemente na utilização de recursos naturais, mediante a derrubada de floresta densa, onde o cultivo da banana tem uma permanência temporária, viabilizando a implantação de pastagens.

O alastramento do mal-do-Panamá e da Sigatoka-amarela e, mais recentemente, da ameaça do alastramento da Sigatoka-negra, reduz ainda mais o tempo de permanência, além da queda da produtividade e do desaparecimento desta atividade. Ressalta-se que constitui uma atividade altamente lucrativa, mesmo a despeito da presença das doenças mencionadas, uma vez que a implantação da cultura do arroz, remunera os custos da derrubada e, no final, tem-se a pastagem formada. O ciclo de mudança espacial, quer seja pelo aparecimento de pragas e doenças ou pelo esgotamento dos recursos naturais parece ser rotina nas atividades agrícolas na Amazônia. Este mesmo fenômeno ocorreu e está ocorrendo com a pimenta-do-reino, pastagens, dendê, extração madeireira, entre os principais.

O desconhecimento da existência de variedades resistentes ao mal-do-Panamá, da Sigatoka-amarela e da Sigatoka-negra, pelos produtores, constituem razões da perversa manutenção do sistema utilizado. Isso demonstra o alto custo social decorrente da falta de maiores investimentos públicos para o serviço de extensão rural e pesquisa agrícola no apoio aos produtores. O baixo nível de organização dos plantadores de banana, que tem nessa atividade como meio para a formação de pastagens torna mais difícil seu acesso à assistência técnica e outros serviços e práticas que podem elevar a produtividade e a estabilidade dos plantios.

A intensificação tecnológica, da agricultura familiar e a intervenção no mercado de alguns produtos, pode inibir a expansão de novas áreas de florestas densas. Por outro lado há necessidade de criar linhas especiais de crédito e disponibilidade de insumos como calcário e fertilizantes químicos e mecanização, para promover a estabilização das atividades agrícolas.

## Referências bibliográficas

- AMADORI, R. Maior controle na produção de banana. **Gazeta Mercantil Pará**, Belém, 7 mai. 2001. p.4.
- BROWDER, J.O. The social costs of rain forest destruction: a critique and economic analysis of the "hamburger debate". **Interciencia**, Caracas, 13(3):115-120, May-June 1988.
- FISCALIZAÇÃO contra praga de bananeiras. **O Liberal**, Belém, 11 jul. 2001. p.9.
- Indicadores da Agropecuária**, Brasília, 10(5):17, mai. 2001.
- MENEZES, A.J.E.A.; OLIVEIRA, R.P.; ALVES, R.N.B.; GAZEL FILHO, A.B.; BERNARDO NETO, I. **Avaliação de cultivares de bananeira na microrregião do Guamá, Pará**. Belém, Embrapa-CPATU, 1998. 18p. (Embrapa-CPATU. Boletim de Pesquisa, 199).
- MOTA, C. Atrase entrega de mudas de bananeira. **Gazeta Mercantil Pará**, Belém, 3 fev. 1999. p.4.

PEREIRA, L.V.; CORDEIRO, Z.J.M.; FIGUEIRA, A.R.; HINZ, R.H.; MATOS, A.P. Doenças da bananeira. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, 20(196):37-47, jan./fev. 1999.

PINO, F.A.; FRANCISCO, V.L.S.; PEREZ, L.H.; AMARO, A.A. A cultura da banana no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, 30(6):45-75, jun. 2000.

UHL, C. & PARKER, G. Is a one-quarter pound hamburger worth a half-ton of rain forests? **Interciencia**, Caracas, 11(5):213, Sep-June 1988.

VENTURA, J.A.; SILVA, J.R.; OHASHI, O.; TRINDADE, D.; MOTA, P.P.C. **Relatório de viagem técnica para diagnóstico da suspeita de ocorrência da sigatoka negra no Estado do Pará (Monte Dourado – PA)**. Belém, 2000. 8p.



Tabela 1- Produção e Área plantada de banana nos principais países produtores no período de 1995 a 2000

Países	Área plantada (ha)						Produção (t)					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Índia</b>	428.000	438.000	440.000	445.000	445.000	445.000	10.182.000	10.299.000	10.982.000	12.300.000	13.900.000	13.900.000
Equador	227.910	225.927	211.227	206.931	193.601	213.000	5.403.304	4.726.620	7.494.119	4.563.442	6.392.022	6.816.000
Brasil	509.365	496.593	532.745	518.433	520.813	523.916	5.801.110	5.160.178	5.412.360	5.322.200	5.527.780	6.339.350
Filipinas	322.008	326.913	338.300	327.695	353.140	359.245	3.499.100	3.311.800	3.773.800	3.492.600	3.869.180	4.155.668
China	198.073	182.011	189.000	187.240	211.700	214.000	3.297.636	2.676.588	3.096.736	3.733.814	4.406.775	4.812.531
Indonésia	280.242	245.769	263.686	258.441	269.778	269.778	3.805.431	3.023.485	3.057.080	3.176.750	3.376.660	3.376.660
Costa Rica	52.165	52.000	49.191	46.968	50.000	50.000	2.300.000	2.400.000	2.300.000	2.500.000	2.700.000	2.700.000
México	73.577	68.411	67.801	66.441	71.259	74.818	2.032.652	2.209.550	1.714.457	1.525.836	1.736.728	1.802.278
<b>Mundo</b>	<b>3.854.133</b>	<b>3.829.151</b>	<b>3.898.141</b>	<b>3.878.923</b>	<b>3.936.638</b>	<b>3.995.034</b>	<b>56.478.009</b>	<b>55.254.564</b>	<b>58.863.201</b>	<b>57.188.578</b>	<b>62.692.663</b>	<b>64.627.049</b>

Tabela 2- Área plantada e colhida e produção da banana nos principais Estados produtores (1995 a 2000)

Estado	Área plantada (ha)						Área colhida (ha)						Produção (cacho)					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	1995	1996	1997	1998	1999	2000	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Pará	40.376	47.307	40.944	55.072	59.305	60.019	36.848	40.150	39.919	51.772	56.613	58.448	55.018	57.193	57.685	72.715	79.798	143.636
<b>São Paulo</b>	40.140	45.500	43.106	50.170	52.120	51.470	40.140	45.500	42.880	50.170	52.120	51.470	51.950	56.665	54.180	63.000	64.000	63.750
Bahia	65.269	62.271	59.685	52.188	47.733	49.570	65.146	62.271	59.474	52.188	48.891	49.570	68.563	64.365	62.220	53.548	51.827	56.895
Amazonas	7.081	7.081	7.419	41.701	43.574	43.574	63.68	6.368	6.701	41.701	43.574	43.363	5.526	5.528	5.877	45.419	47.855	47.855
Minas Gerais	38.622	39.539	38.014	40.420	41.147	41.610	386.20	39.539	38.014	40.370	41.147	41.610	42.253	43.651	42.382	40.568	41.470	46.133
Ceará	42.486	43.545	44.087	44.647	42.353	42.661	424.86	43.545	44.087	44.641	42.353	42.661	31.383	35.863	31.767	30.442	34.699	36.819
Santa Catarina	32.063	31.755	32.873	25.522	25.603	26.288	30.639	31.437	32.157	25.217	25.603	25.996	39.097	40.583	43.666	32.718	33.491	33.810
Paraíba	25.644	24.478	25.839	19.955	16.962	16.467	25.574	24.478	24.478	19.135	16.281	16.467	34.805	34.887	38.366	15.230	20.610	24.788
Mato Grosso	25.434	31.357	52.274	30.807	31.119	27.674	25.434	31.357	56.247	30.807	31.119	27.674	18.309	23.110	41.882	22.719	21.771	18.206
Espírito Santo	28.897	28.933	29.626	24.562	22.122	20.772	28.807	28.933	29.626	22.837	22.122	20.535	25.853	26.522	27.813	21.786	18.464	17.363
Rio de Janeiro	31.810	29.840	29.687	28.859	28.978	28.859	31.041	29.472	29.687	28.859	28.978	28.859	27.020	23.553	18.039	16.510	16.450	16.901
Goiás	12.408	11.360	12.171	12.897	12.581	12.640	11.254	11.360	12.171	12.897	12.581	12.640	11.361	10.905	12.600	14.164	14.047	14.425
<b>Brasil</b>	<b>518.863</b>	<b>528.882</b>	<b>551.471</b>	<b>534.329</b>	<b>526.403</b>	<b>527.025</b>	<b>509.365</b>	<b>519.420</b>	<b>540.278</b>	<b>522.870</b>	<b>520.813</b>	<b>523.916</b>	<b>557.799</b>	<b>569.232</b>	<b>586.036</b>	<b>533.730</b>	<b>552.778</b>	<b>633.935</b>

Nota: A produção de banana em 2000 está em toneladas.

Tabela 3 – Área destinada à colheita e colhida e produção de banana nos principais municípios do Estado do Pará

Município	Área destinada à colheita (ha)						Área colhida (ha)						Produção (cacho)					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	1995	1996	1997	1998	1999	2000	1995	1996	1997	1998	1999	2000
São Felix do Xingu	2.200	2.200	5.000	15.000	15.000	15.000	2.000	2.000	5.000	13.500	13500	13500	2.000	2.000	5.000	13.500	13.500	135.000
São Geraldo Araguaia	2.135	2.480	2.030	2.500	3.375	3.375	2.135	2.480	2.030	2.500	3375	3375	3.202	3.720	3.045	3.750	5.063	50.630
Itupiranga	1.350	1.350	1.400	1.820	1.970	1.970	1.350	1.350	1.400	1.820	1970	1970	2.249	2.249	2.332	3.032	3.228	32.820
Parauapebas	1.200	1.200	950	1.110	1.430	1.430	1.200	1.200	840	1.110	1430	1430	2.666	2.666	1.866	2.465	3.176	31.907
Cumarú do Norte	1.500	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.500	1.500	1.800	1.800	1800	1800	2.400	2.400	2.880	2.080	2.880	28.800
Trairão	4.000	2.500	2.300	2.000	1.950	2.055	4.000	2.500	2.300	2.000	1950	2055	8.000	5.000	4.600	4.000	3.900	28.770
Ourilândia do Norte	2.600	2.600	1.925	3.000	1.475	1.475	2.000	2.000	1.925	1.925	1475	1475	3.200	3.200	3.080	3.080	2.360	23.600
Pacajá	905	905	820	1.040	1.040	1.554	905	905	820	1.040	1040	1554	1.005	1.005	911	1.155	1.155	17.265
Medicilândia	690	870	870	900	900	1.450	690	870	870	900	900	1450	767	966	966	1.000	1.000	16.110
Altamira	1.000	1.030	1.020	1.100	1.170	1.390	1.000	1.030	1.020	1.100	1.170	1.390	1.111	1.144	1.134	1.223	1.301	15.457
Cachoeira do Piriá	-	-	235	2.400	3.400	700	-	-	235	2.400	3.400	700	-	-	517	5.280	7.480	15.400
Piçarra	-	-	745	745	1.043	1.043	-	-	745	745	1.043	1.040	-	-	1.117	1.117	1.460	14.602
Xinguara	560	560	785	951	951	951	490	490	785	951	951	951	735	735	1.178	1.427	1.427	14.270
Canaã dos Carajás	-	-	420	500	550	600	210	210	360	500	550	600	262	262	800	1.111	1.222	13.332
Tucuruí	50	50	20	35	35	500	20	20	20	35	35	500	25	25	25	87	87	12.430
Novo Repartimento	1.015	945	800	800	780	900	450	450	800	600	780	900	562	562	1.000	750	975	11.250
Conceição do Araguaia	200	1.113	656	1.313	1.100	1.100	200	1.113	656	1.313	1.100	1.100	250	1.391	820	1.641	1.100	11.000
Nova Ipixuna	-	-	600	720	770	770	-	-	600	720	770	770	-	-	750	900	962	9.620
Eldorado dos Carajás	280	280	295	390	390	390	280	280	295	390	390	390	622	622	655	866	866	8.665
Bom Jesus Tocantins	250	300	400	400	400	308	250	300	300	400	400	308	550	667	667	889	889	8.216
Marabá	550	550	600	600	700	700	550	550	600	600	700	700	611	611	667	667	778	7.780
Curionópolis	210	210	410	410	490	490	210	350	410	410	490	490	262	486	512	512	612	6.120
Monte Alegre	4.800	3.750	700	500	650	800	4.800	3.750	700	500	650	800	5.280	4.125	770	550	715	6.160
Palestina do Pará	150	150	310	290	490	490	150	150	310	290	490	490	187	187	387	362	612	6.120
Placas	-	-	120	100	275	470	-	-	120	100	275	470	-	-	240	200	550	6.580
Total	40.376	40.322	41.064	55.349	56.646	57.159	36.848	37.480	40.039	52.091	55.038	55.568	55.018	54.659	57.925	72.621	77.155	700.431

Nota: A produção em 2000 está em toneladas.

